

1

CHINA EM MOÇAMBIQUE: PRUDÊNCIA, COMPROMISSO E COLABORAÇÃO

Paula Roque e Chris Alden

O envolvimento da China em Moçambique assumiu uma forma diferente da que caracteriza a presença daquele país asiático noutras partes de África, podendo ser descrito como uma relação de prudência e compromisso. Enquanto o aumento da influência de Pequim tem sido acolhido positivamente pelas autoridades oficiais moçambicanas, porque oferece a possibilidade de diversidade e equilíbrio em relação aos parceiros de desenvolvimento tradicionais, elas têm sido mais circunspectas quando se trata da concessão de facilidades no acesso aos recursos naturais em troca de acordos de infra-estruturas como no caso de Angola e de outras regiões. Pelo menos até ao início da crise financeira global em 2008, esta era a tendência.

Primeiro, em contraste com o papel da China em Angola, onde o sistema de planificação centralizado encontra-se claramente nas mãos do Governo, a dependência de longa data e a abordagem participativa em Moçambique permitiu que as Instituições de Bretton Woods, doadores ocidentais e ONGs tivessem um papel mais forte de influência na tomada de decisões do Governo relativamente à política macroeconómica (Abrahamsson & Nilsson 1995). De facto, a relação estabelecida entre Maputo e os doadores tradicionais e a sua presença no país – a ajuda externa dos doadores tradicionais contribuiu para 51% do orçamento nacional de 2008, de 3,2 biliões de dólares – acrescenta uma dimensão estrutural importante para as relações bilaterais entre Pequim e o Governo moçambicano, que não está presente nos laços entre a China e outros países ricos em recursos. Um segundo factor é a presença relativamente forte – especialmente pronunciada em Maputo – de ONGs ocidentais e, com

isso, a promoção da sociedade civil local. O terceiro é o papel da FRELIMO, o partido governante desde a independência, como fonte coesiva de formulação e implementação de políticas no país. Não obstante as acusações fundadas de lucro por parte de alguns membros da elite do partido, a FRELIMO provou a sua capacidade de gerir um conjunto variado de actores externos nas circunstâncias mais difíceis e, no actual clima de crescente prosperidade, continua a demonstrar esta capacidade. Todos estes factores significam que a abordagem da China em Moçambique, enquanto enfatizando o enfoque agora familiar sobre os recursos e infra-estruturas, tem sido, não obstante, muito menos significativa do que as aspirações de Pequim pretenderiam. Isto, apesar do facto de que, nas palavras de um analista moçambicano, a 'China aparece neste contexto quando gerações e gerações de moçambicanos têm testemunhado a cooperação com a Europa, mas continuam ainda à espera de ver os benefícios'.¹

Relações sino-moçambicanas – da solidariedade à cooperação técnica e financeira

Os últimos 30 anos têm testemunhado uma mudança considerável em Moçambique. Após um longo conflito armado contra o poder colonial, Portugal, o país alcançou a independência em Junho de 1975 e a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), o movimento de libertação, criou um Estado monopartidário guiado pelos princípios económicos socialistas. As relações sino-moçambicanas remontam aos anos 60, quando a China proporcionou apoio diplomático importante e apoio militar limitado à FRELIMO (Chichava 2008). O movimento de libertação, sob a liderança de Eduardo Mondlane, recebia ajuda da China e da União Soviética, no quadro de uma estratégia prosseguida com vista a evitar envolver-se na divisão ideológica sino-soviética e no âmbito da sua campanha para ser internacionalmente reconhecido como representante legítimo do povo moçambicano (Taylor 2006). O pragmatismo demonstrado na altura em que a FRELIMO se esforçava por equilibrar a influência externa sobre o seu movimento voltaria a manifestar-se na sua abordagem junto dos doadores internacionais e dos parceiros de desenvolvimento durante o período pós-independência.

Contudo, em finais da década de 70, Maputo aproximou-se mais da União Soviética e, em 1977, declarou-se um Estado marxista-leninista. Apesar disso, as relações com a China permaneceram amigáveis e consistentes, com uma aproximação feita após a China ter proporcionado a Moçambique ajuda e assistência importante para fazer face aos efeitos da fome desastrosa de 1983.

Em 1985, Pequim também ofereceu a Moçambique um crédito, livre de juros, correspondente a 13 milhões. Entretanto, nessa altura, Moçambique estava mergulhado numa guerra civil que desde 1976 opunha o regime de Maputo ao movimento de resistência nacional Moçambicana (RENAMO), que era apoiado pelos governos minoritários da África do Sul e da Rodésia.

Em 1987, Moçambique iniciou a sua reforma económica concebida com o objectivo de estabilizar a economia, marcando um distanciamento das políticas socialistas ineficazes e adoptando uma economia orientada para o mercado. Apesar das melhorias espectaculares na taxa de crescimento do país a seguir a estas reformas, Moçambique continua a ser altamente dependente da ajuda externa. A seguir a esta fase, foi a abertura das negociações entre o Governo moçambicano e a RENAMO, culminando com as conversações ou negociações de paz em Roma e a promulgação do Acordo Geral de Paz em Outubro de 1992. A ONU liderou a transição da guerra civil, que matou mais de um milhão de moçambicanos, para as eleições democráticas, ao longo de um período de dois anos. A recuperação económica que se seguiu deveu-se, em parte, à reactivação de vários sectores, à aceleração da produção agrícola e à estabilidade macroeconómica.

Após a conclusão da Operação de Manutenção da Paz da ONU e as eleições gerais de Outubro de 1994, Moçambique veio, cada vez mais, a ser descrito como um modelo de cooperação com os países e doadores ocidentais, após ter aderido às condições e programas apresentadas pelas instituições de Bretton Woods em 1984. Devido à sua reforma económica e um bom registo nesta reforma, Moçambique tornou-se no primeiro país africano a beneficiar da Iniciativa dos Países Pobres Altamente Endividados (HIPC), no âmbito da qual o país começou a beneficiar do alívio da dívida. Após a adopção dos programas de ajuste estrutural preconizados pelo Banco Mundial, o investimento internacional começou a inundar o país, que, por seu turno, iniciou a privatização generalizada das antigas empresas estatais. A ajuda de instituições ocidentais desempenhou um papel significativo na recuperação económica e social de Moçambique, mas esta também foi influenciada pelas prioridades dos doadores e, conforme alguns, como Clapham (1996), argumentam, reduziu a capacidade de o Governo se autogovernar. A Ajuda Oficial de Desenvolvimento (ODA) continua a financiar mais de 50% das despesas do Governo, principalmente sob a forma de apoio ao orçamento. Embora a pobreza tenha reduzido em 22 pontos percentuais, entre 1997 e 2006 (*African Economic Review* 2008), Moçambique continua a ser um dos países mais pobres do mundo, classificado na 172.^a posição no Índice de Desenvolvimento Humano de 2005. Mais de 70% da população vive por menos de 2 dólares americanos por dia. O país se esforça por atingir um

desenvolvimento significativo do sector formal, na sua capacidade de exportação, produção agrícola, processo de industrialização, desenvolvimento de pequenas e médias empresas, no seu sistema bancário e na integração ao nível da SADC. Na última década, Moçambique tem testemunhado uma taxa de crescimento médio de 8%, uma das economias com crescimento mais rápido na África Austral, conduzido principalmente pelos megaprojectos com financiamento externo e pelos grandes fluxos de ajuda. Desde 2006, o crescimento económico também tem sido conduzido por grandes investimentos no sector de extracção mineira, agro-indústria, serviços, sector de construção e outras indústrias.

É neste contexto que a China, como um novo poder económico activo, está a operar em Moçambique e devido a estes factores particulares teve que definir especificamente a sua abordagem para o país. A relação contemporânea entre a China e Moçambique foi gradualmente reconstruída em 1997-1998 com um fundo de 20 milhões proporcionados pelo Banco Exim da China, com vista a proporcionar incentivos para as companhias Chinesas começarem a fazer negócios em Moçambique, bem como para a construção de um novo edifício para a embaixada e de um centro comercial administrado pelo Gabinete do Assessor ou Conselheiro para Assuntos Económicos, na baixa da cidade de Maputo. A partir deste período, a cooperação técnica diversificou-se e intensificou-se continuamente. O apoio e a formação ou treinamento da força militar moçambicana foram renovados, aliados à construção de casas para soldados, no valor de 7 milhões e um valor adicional de 150.000 em equipamento doado pela China (Chichava 2008).

Para além da saúde (equipas médicas e medicamentos antimaláricos), a educação e a capacitação fazem parte das áreas mais importantes da cooperação técnica da China com Moçambique. Mais de 40 estudantes moçambicanos viajam todos os anos para universidades chinesas com bolsas de estudo chinesas. Da mesma forma, várias centenas de profissionais receberam formação na China em muitas áreas diferentes ao longo da última década. Entre 2009 e 2011, a China construiu um Centro de Demonstração e Transferência de Tecnologias Agrícolas em Boane, na periferia da cidade de Maputo. Este centro é gerido pela empresa Hubei LianFeng Mozambique Co. Lda. e destina-se a disseminar técnicas e tecnologias de plantio de arroz e outras culturas junto dos farmers locais.

Em 2001, os dois países criaram uma Comissão Económica e Comercial Conjunta após a assinatura de vários acordos sobre o comércio e a protecção de investimentos. Desde 2004, a China e Moçambique assinaram vários acordos de cooperação fortalecendo as ligações económicas, políticas e históricas. Acordos sobre o cancelamento da dívida foram assinados para créditos que remontam à década de 80, no valor de 20 milhões de dólares americanos. Em 2006, Moçambique foi acrescentado à lista oficial de destinos turísticos da

China, tornando-se o décimo terceiro país africano a receber este estatuto. A cooperação bilateral foi ainda mais consolidada com a visita do Presidente Hu Jintao, a Moçambique, em 2007, onde ele prometeu apoio adicional, sob a forma de 170 milhões de dólares americanos em créditos, e cooperação nas áreas da agricultura, tecnologia, educação, saúde, economia, e na exploração de recursos naturais. Por último, em finais de 2007, um protocolo de assistência militar foi assinado em Pequim entre os Estados-Maiores das forças armadas moçambicanas e chinesas, destacando a importância da criação de mecanismos para o aumento da cooperação militar e para ajudar Moçambique a ultrapassar os futuros desafios de defesa e segurança. Como parte deste acordo, o Governo chinês concedeu a Moçambique um total de 1,5 milhões de dólares para a remodelação de vários departamentos das forças armadas moçambicanas (FADM).

O envolvimento financeiro chinês em Moçambique expandiu também neste período. Já em inícios de 2006, o Governo moçambicano solicitou ao Banco Exim da China, créditos no valor de 2 biliões de dólares americanos para o projecto da Barragem de Mphanda Nkuwa, sobre o Rio Zambeze,² 50 milhões para apoiar o investimento agrícola na Província da Zambézia e um outro crédito mais pequeno para a reabilitação do aeroporto da capital. Este último crédito, de 115 milhões de dólares, foi dividido em duas fases: um crédito inicial de 50 milhões para a terminal internacional (concluída em 2011), seguido de 65 milhões, aprovado em 2010, para financiar a reconstrução da terminal doméstica do aeroporto de Maputo, pelo grupo de construção económica estrangeira *Anhui Foreign Economic Construção Group*. Em 2007, o Banco Exim e o Banco Mundial estabeleceram um consórcio amplamente publicitado para o financiamento conjunto de projectos em Moçambique, Gana e Uganda, mas isso não resultou em qualquer acordo concreto de financiamento de projectos. Durante a visita do Primeiro-ministro moçambicano à China em finais de 2010, dois outros créditos concessionais, totalizando 100 milhões de dólares americanos, foram assinados com um outro banco estatal chinês, o Banco de Desenvolvimento da China (CDB) para apoiar a construção de uma fábrica de cimento na Província de Sofala (80 milhões) e de uma fábrica de algodão na Província de Maputo (20 milhões). Em Agosto de 2011, aquando da visita do Presidente moçambicano, Armando Guebuza, à China, um acordo sobre a cooperação financeira foi assinado com o CDB. O acordo visa introduzir créditos comerciais para o sector privado em Moçambique, bem como canalizar fundos para o investimento público, o que sugere um maior envolvimento do CDB no sector financeiro moçambicano, num futuro próximo.³

Ao mesmo tempo, enquanto existem vínculos de solidariedade revolucionários entre os moçambicanos e os chineses, a actual liderança da FRELIMO não conseguiu estabelecer a mesma ligação estreita como os seus predecessores

o fizeram durante a era da solidariedade ideológica. Mesmo com os antigos quadros do partido, Maputo se esforça por se reconhecer nesta nova China e nas suas novas ambições. Isto, de acordo com alguns analistas em Moçambique, conduziu a um diálogo inconsistente entre Pequim e Maputo durante o qual não foi possível investir realmente nos laços históricos e na cooperação entre os dois países no passado. Os termos do envolvimento sino-moçambicano continuam a ser desenhados e, ao nível da cooperação, ajuda de desenvolvimento, comércio e investimento, irão redefinir uma nova era para o envolvimento da China em África (por causa da sua interacção com outros doadores operando no país) e para a capacidade de Moçambique de gerir as suas próprias questões de uma forma independente e responsável (considerando que o apoio dos doadores ao orçamento irá reduzir, a médio prazo).

Descrição Geral da Cooperação Económica Sino-Moçambicana Contemporânea

A cooperação sino-moçambicana tem, nos últimos dez anos, se centrado em visitas diplomáticas de alto nível e intercâmbios entre órgãos legislativos, partidos políticos e agências do Governo, coordenação da política externa nas questões regionais e internacionais e no desenvolvimento da cooperação económica e comercial na área de infra-estruturas, agricultura e extracção de recursos naturais. Um maior envolvimento económico entre a China e Moçambique está reflectido nos crescentes laços comerciais. O comércio bidireccional aumentou de 284,1 milhões de dólares americanos em 2007 para 950 milhões em 2011. Enquanto as exportações chinesas são principalmente compostas pela electrónica e maquinaria, as exportações de Maputo são maioritariamente dominadas por madeira. De facto, os interesses comerciais chineses têm desempenhado um papel crítico na exploração da madeira nas províncias do centro, ao longo da última década. A China tornou-se no maior comprador da madeira moçambicana enquanto Moçambique encontra-se entre os cinco maiores exportadores africanos de madeira para a China, embora muita desta madeira seja tida como sendo embarcada ilegalmente e através doutros países.

Tabela 1. Visitas de chefes de Estado

Ano	Visitas de Chefes de Estado Chineses a Moçambique	Visitas de Chefes de Estado Moçambicanos à China
1998		Joaquim Chissano
2004		Joaquim Chissano
2006		Armando Guebuza
2007	Hu Jintao	
2008		Armando Guebuza
2011		Armando Guebuza

Fonte: Compilado pelos autores, a partir de vários relatórios dos órgãos de comunicação

De acordo com o Governo moçambicano, a China investiu em 69 projectos em Moçambique, com enfoque sobre infra-estruturas, agricultura, aquacultura e florestas. O investimento chinês tem sido um instrumento para a criação de emprego em Moçambique, com 11.214 moçambicanos formalmente listados como trabalhadores empregados em firmas chinesas em 2008 (Chichava 2008:11). Ao mesmo tempo, a conduta deficiente de alguns negócios chineses, como a do Grupo de Cooperação Internacional *China Henan Group*, uma firma de construção envolvida na construção da ponte sobre o rio Incomáti, perante os seus trabalhadores moçambicanos resultou em greves, levantou a ira dos sindicatos, da sociedade civil e o protesto do Governo (Ibid.).

O investimento directo externo chinês (FDI) em Moçambique aumentou consideravelmente ao longo dos últimos anos, tendo atingido 60 milhões de dólares americanos em 2007, partindo de 10 milhões em 2003, colocando a China no sexto maior investidor no país. Em 2008, a China tornou-se no segundo maior investidor em Moçambique depois da África do Sul, vindo da 26ª posição há uma década atrás (Chichava 2008). Paralelamente à explosão do comércio bilateral, o aumento do fluxo do investimento chinês em Moçambique, nos últimos anos, tem sido um dos principais traços das relações entre a China e Moçambique. Contudo, de forma interessante, apesar da crescente atracção dos recursos minerais inexplorados de Moçambique (nomeadamente, carvão, gás natural e petróleo), o investimento chinês tem até agora se concentrado apenas nos sectores retalhista, serviços, manufactura, agricultura, madeira, pescas e no sector bancário em nascimento.

Infra-estruturas

A destruição generalizada de infra-estruturas durante a guerra tem minado o desenvolvimento no país. Projectos de reabilitação de infra-estruturas financiados por doadores têm portanto desempenhado um papel importante na promoção do desenvolvimento económico de Moçambique e contribuído para o crescimento

do país. Neste âmbito, o interesse explícito da China e o bom registo no apoio a projectos de infra-estruturas no continente, transformaram-na numa parceira de desenvolvimento particularmente atractiva. Pequim tem desempenhado um papel importante na construção de um conjunto de edifícios públicos, reabilitação de estradas e facilidades hidroeléctricas propostas.

A China tem financiado vários projectos de infra-estruturas públicas em Moçambique desde 1999 com a construção dos edifícios parlamentares. De 2001 a 2004, créditos concessionais correspondendo a 15,6 milhões de dólares americanos foram atribuídos a vários projectos de obras públicas: a construção do Centro de Conferências Joaquim Chissano, o novo edifício do Ministério dos Negócios Estrangeiros, a compra de equipamento policial e a construção de habitação de baixo custo em Zimpeto, nos arredores de Maputo. O reembolso destes créditos está previsto para ser efectuado entre 2013 e 2025 (Bila 2007). Um novo estádio nacional, com capacidade para mais de 45.000 espectadores, foi também construído pelos chineses antes da Copa Mundial da FIFA de 2010, realizada na África do Sul.

As empresas de construção chinesas desempenham um papel importante na reconstrução de estradas nacionais: um terço de toda a construção de estradas, correspondendo a 600 km de estradas (Bosten 2006) em Moçambique está a ser efectuada por empreiteiros chineses. O Grupo de Cooperação Internacional *China Henan*, por exemplo, construiu uma estrada de 154 quilómetros entre Muxungwe e Inchope que proporciona um elo de ligação importante da rede de transporte rodoviário entre o norte e o sul do país. Mais de 30 empresas de construção chinesas têm, neste momento, representação em Maputo e normalmente oferecem melhores preços que as companhias de construção sul-africanas e outras companhias estrangeiras, em concursos públicos internacionais organizados pelo Governo ou pelo Banco Mundial. Empresas de construção chinesas estão também envolvidas na reabilitação dos sistemas de abastecimento de água urbana em Maputo (30 milhões de dólares americanos), Beira e Quelimane (25 milhões de dólares americanos, no total), através de procedimentos de concursos internacionais e estão à procura de outras oportunidades de concurso nos sectores de construção de estradas e pontes (Ibid.). O aspecto interessante a observar aqui é a participação da China e de empresas chinesas em concursos internacionais lançados pelo Governo moçambicano, onde elas perdem a sua posição de negociação e a capacidade de impor certas condições, como as dos requisitos de trabalho ou os relativos à mão-de-obra (como é o caso quando os arranjos são assinados bilateralmente em doações ou créditos ligeiros).

Por último, em 2012, foi anunciado que o Banco Exim iria financiar uma parte significativa de dois grandes projectos de infra-estruturas em Maputo. O primeiro

é a estrada circular em volta de Maputo (74 km), com um custo estimado de 400 milhões de dólares americanos, e o segundo é uma ponte que vai ligar Maputo à Catembe (1,1 bilião de dólares americanos). De acordo com fontes oficiais chinesas, os créditos não serão totalmente concessionários considerando que parte do crédito deverá ser expandida em termos comerciais.⁴

Energia e Mineração

Moçambique tem, desde os anos 90, se concentrado na atracção de investimento estrangeiro para os grandes projectos, de modo a acelerar a recuperação económica. Investimentos nos recursos naturais do país têm testemunhado a criação de megaprojectos como a MOZAL – fundição de alumínio, a Kenmare – areias pesadas – a Sasol – gás natural – as minas de carvão de Moatize⁵ e o projecto do Corredor de Titânio e Areias (*Corridor Sands Titanium*). O comércio externo, portanto, para além do complexo da hidroeléctrica de Cahora Bassa, tem sido dominado por estes projectos. Moçambique também começou a discutir a possibilidade de a China investir no seu sector de energia, principalmente nas reservas de gás natural e carvão (Reuters 2008), mas até agora ainda não foi assinado qualquer acordo.

Companhias estrangeiras estão neste momento a fazer a prospecção de petróleo na bacia do Rovuma, próximo da fronteira com a Tanzania, que se acredita possuir depósitos *onshore* e *offshore*. A firma canadiana de exploração petrolífera Artumas investiu 20 milhões de dólares americanos em estudos sísmicos e num jazigo exploratório profundo para verificar se os depósitos de petróleo existentes num ‘dos últimos sistemas de deltas terciários do mundo não perfurados’ (*African Review of Business and Technology* 2007) são comercialmente viáveis.

Em termos da exploração de outros hidrocarbonetos, já existem quatro campos de gás comprovados em Moçambique: Pande, Temane, Buzi e Inhassoro e a exploração dos dois primeiros está neste momento a ser levada a cabo pela Sasol. Nos princípios de 2012, o envolvimento chinês no sector mineiro não era muito significativo. Para além de algumas pequenas companhias mineiras privadas no sector de mineração de ouro e comércio, só existe uma companhia, o grupo *China Kingho* que detém uma licença de exploração de carvão em Tete (também interessada na prospecção do carvão na Província do Niassa) e nenhuma activa no sector de gás natural. O grupo *Qingho* está interessado na construção de uma exploração de carvão e assinou um memorando de entendimento com o Governo para a construção de um caminho-de-ferro e de uma infra-estrutura portuária na província de Sofala. Apesar do interesse manifesto, as companhias chinesas são afectadas pelo facto de terem chegado tarde e estarem à procura de parcerias com

as companhias locais e operadores estrangeiros estabelecidos, num esforço para terem acesso a esta oportunidade.

Florestas e Pescas

De acordo com o Ministério do Comércio da China, o comércio bilateral entre os dois países atingiu 284,11 milhões de dólares americanos em 2007, um aumento em oito vezes desde 2001. Estes fluxos comerciais também foram facilitados pelo facto de a China ter proporcionado acesso livre a 442 produtos de Moçambique. A China é neste momento o terceiro maior parceiro comercial de Moçambique, depois da África do Sul e Portugal, o que corresponde a 5% das suas importações (principalmente produtos agrícolas e pescado) e a 4,7% das suas exportações (principalmente maquinaria e outros produtos processados). Embora a China presentemente não importe um volume significativo doutras matérias-primas, ela se transformou no maior comprador da madeira moçambicana. Só na província da Zambézia, um número estimado de 94.000 metros cúbicos de toros ou tábuas de madeira foram exportados para a China em 2006 (Horta 2008). As companhias madeireiras chinesas estão também a operar nas províncias de Nampula, Cabo Delgado, Niassa e Inhambane.

As florestas de Moçambique encontram-se entre os principais recursos do país, com 19 milhões de hectares de superfícies florestais produtivas, onde madeira nobre tropical de valor extremamente elevado e de crescimento lento, como a umbila, jambirre, chanfuta e madeira de sândalo africano, pode ser encontrada. De acordo com a *SADC Review* (2007), a capacidade madeireira do país está estimada em cerca de 500.000 metros cúbicos por ano. Mas os especialistas e ambientalistas estão alerta para o problema de que o nível ao qual estas árvores estão a ser cortadas resultará na insustentabilidade da contínua produção de recursos de madeira nobre e do rejuvenescimento de florestas na próxima década. A desertificação e a erosão do solo já se tornaram uma realidade em algumas áreas.

As actividades da China no sector madeireiro tornaram-se um dos aspectos mais controversos do seu envolvimento em Moçambique, já que elas colidem com o desenvolvimento sustentável e as políticas ambientais. Moçambique é presentemente o principal fornecedor de madeira para a China, ao nível da África Oriental, embora grande parte da madeira seja ilegalmente exportada sob a forma de madeira não processada, uma estratégia prosseguida com apoio de indivíduos da população local. A parceria entre as comunidades locais e os compradores de madeira chineses começa com a aquisição de uma simples licença, por parte de um cidadão nacional moçambicano, que permite a actividade madeireira em pequenas quantidades em determinadas áreas. O custo destas licenças, estimado

em 15.000 dólares americanos, é coberto pelo parceiro chinês. O parceiro local, a seguir, transporta a madeira em toros para as cidades portuárias onde o comprador chinês encontra-se à espera com navios ou embarcações relativamente pequenas que irão transportar a mercadoria para as embarcações de carga que aguardam em águas internacionais. As autoridades carecem de capacidade para patrulhar efectivamente a linha costeira de 2.500 km.

O Governo adoptou várias políticas e programas com vista a uma gestão florestal sustentável e ao desenvolvimento de indústrias no sector florestal para o combate a pobreza: a Iniciativa Africana sobre a Governança e a Aplicação da Lei de Florestas (AFLEG) cuja aderência remonta a 2004, como um compromisso para o combate ao corte e comércio ilegal de madeira e combate à corrupção. Várias instituições nacionais também foram criadas para fazer face a este problema. Contudo, os órgãos de comunicação locais continuam a ver este problema como um em que as companhias chinesas envolvidas na extracção ilegal de madeira estão associadas a grupos de moçambicanos poderosos e a funcionários seniores do Governo que detêm concessões e estão a tornar-se parceiros de várias destas companhias privadas.

O regulamento local sobre a exportação de madeira não processada visa obrigar os investidores estrangeiros a criarem infra-estruturas de processamento no país e promover empresas baseadas na comunidade. A legislação que protege a exportação das principais espécies comerciais de madeira existe de facto, mas tem sido minada pela aprovação de um regulamento especial – um diploma ministerial – que reclassificou a madeira comercial para permitir a sua exportação em toros (Lemos & Ribeiro 2006). Possuir uma licença não garante, portanto, uma exploração responsável e a aplicação do regulamento. As concessões, o segundo tipo de licença de exploração madeireira, podem ser adjudicadas a estrangeiros nos casos em que uma grande área de terra pode ser explorada de acordo com planos de sustentabilidade e avaliação. Estes tipos de licenças são mais fáceis de regulamentar por causa dos procedimentos burocráticos e legais necessários para que uma companhia se transforme em titular de uma concessão. A falta de incentivos para acompanhar estes processos resulta em que muitos dos indivíduos envolvidos nesta área optem por operar usando licenças simples e, assim, evitem ser descobertos.

O problema é agravado pela falta de mecanismos de monitoria onde a reportagem é rara, tal como inspecções e a capacidade de aplicar quotas. O regulamento florestal é manipulado, subornos são comuns, bem como a falsificação de informação e estatísticas para facilitar a exploração ilegal de madeira. Em Janeiro de 2008, 750 contentores de toros de madeira foram abandonados no porto de Nacala, no Norte, depois de equipas de inspecção terem iniciado investigações no âmbito de alegações de corrupção de funcionários aduaneiros.

Os contentores, pertencentes a companhias chinesas, foram confiscados e o tribunal aduaneiro aplicou a oito destas companhias uma multa de 556.000 dólares americanos. Os compradores chineses teriam a permissão de exportar a madeira, no valor de sete milhões de dólares americanos, após o pagamento da multa e processamento dos toros de madeira. As companhias escolheram a opção mais barata, que foi a de abandonar os contentores. Esta foi a primeira multa a ser até aqui aplicada, indicação de uma maior aplicação da lei e de que o Governo está a tornar-se mais actuante. Desenvolvimentos recentes também testemunharam a detenção de dois fiscais de florestas da província da Zambézia acusados de conivência com a *TTTimber*, uma companhia chinesa envolvida na exportação ilegal de 30 contentores de madeira não processada. Quando os contentores foram confiscados houve um leilão público e os toros de madeira foram vendidos por mais de 16.600 dólares americanos (AllAfrica 2008). Apesar destes eventos encorajadores, a exploração ilegal de madeira continua através de portos pouco controlados das províncias do centro e do norte.

De acordo com o Ministério do Ambiente, o que está também em falta é um inventário adequado e actualizado das florestas, que deveria ser realizado de cinco em cinco anos para que haja uma forma de registo das áreas a serem exploradas e das quantidades das árvores a serem cortadas. Isto permitiria ao Ministério uma maior capacidade para monitorar cada uma das áreas de concessão. Infelizmente, o ultimo inquérito ou levantamento foi feito há 10 anos atrás, e o Governo carece de recursos para a realização destes estudos, que no passado eram realizados pelos parceiros de cooperação.⁶ Conforme acima observado, a imprensa local tornou-se muito agressiva em relação a esta questão e o moçambicano médio começa a olhar para os chineses como um perigo, como estando envolvidos em actividades ilegais⁷. Uma grande campanha nacional contra a exploração ilegal de madeira e a pressão está a aumentar sobre o Governo para que possa agir neste âmbito. Reacções negativas tornaram-se generalizadas porque este tipo de práticas mina ainda mais a possibilidade de activar as indústrias locais e a criação do emprego e priva o país de potenciais receitas fiscais.

As pescas constituem também um sector que proporciona a Moçambique, ganhos significativos em divisas, mas tem o potencial para produzir um maior impacto sobre o PIB dos países através do desenvolvimento de camarão, ostras, mexilhões, algas e aquacultura de pérolas. A pesca comercial de mariscos, principalmente camarão, corresponde a 3 % do PIB dos países. O país tem presentemente um potencial de apanha anual de 300,000 toneladas sendo principalmente colhidas por vários esquemas de licenças directas e alguns consórcios do Japão, África e Portugal (SADC Review 2007). O sector também

emprega perto de 100,000 pessoas, a maioria das quais pescadores artesanais. Os chineses foram acusados de pesca ilegal por meio do uso de métodos que apanham tartarugas e tubarões, como palangreiros (*long liners*) e redes de emalhar e contribuem para a degradação das zonas costeiras (Lemos & Ribeiro 2006). Grupos da sociedade civil argumentam que embarcações pesqueiras chinesas estão envolvidas em pesca furtiva de grande escala, de camarão e lagosta, bem como outras espécies de peixe. As autoridades moçambicanas se esforçam por patrulhar a linha costeira com apenas 10 barcos ou embarcações de patrulha e aplicam a lei estipulando que a pesca industrial só pode ocorrer a 12 milhas da costa.

A Banca e o Investimento do Macau

No início de 2008 foi anunciada a abertura do Moza Banco. O principal accionista é a Geocapital, uma companhia criada como um veículo de investimento na África Lusófona, pelo bilionário Stanley Ho de Macau. Moza Banco alegadamente teve um capital inicial de 10 milhões de dólares americanos e concentrou-se no banco de investimentos embora tenha recebido uma licença para operar como um banco universal (*Panapress* 2008). Existem no total 150 investidores, a maioria dos quais indivíduos moçambicanos que controlam 51% do banco. O antigo governador do Banco de Moçambique, Prakash Ratilal foi nomeado Presidente do Moza Banco.⁸ De acordo com Horta, a Geocapital fundou a Zamcorp, a Moza Capital e o Moza Banco para a exploração do potencial agrícola e de projectos de biocombustível no vale do Zambeze (Horta 2008). Em 2001 foi anunciado que o Moza Banco tinha aberto agências nas províncias de Nampula, Tete e Beira (Bie 2011). Embora nenhum dos megaprojectos de agricultura anunciados (no contexto da Geocapital) se tenha materializado, existe um projecto mais pequeno resultante da gemelagem entre as províncias de Hubei na China e Gaza em Moçambique. Este projecto, cuja actividade principal é a cultivo arroz no regadio de Ponela em Xai-Xai é gerido pela companhia Moçambique Lianfeng Desenvolvimento de Agricultura Co., Limitada, da província de Hubei, na China. Três culturas experimentais de arroz foram produzidas ao longo dos últimos três anos. O projecto inclui a transferência de tecnologia a camponeses ou farmeiros locais que estão a aprender técnicas de cultivo, com os investidores chineses, com vista ao mercado local.⁹

Ajuda de Desenvolvimento e Áreas para a Futura Cooperação

Embora apelando para uma maior colaboração com a China, o Presidente moçambicano, Armando Guebuza, é citado como tendo afirmado que embora os actuais acordos entre os dois países sejam valiosos na complementação dos esforços do povo moçambicano, eles não irão abordar todos os desafios enfrentados na luta contra a pobreza (Valy 2007). O Governo moçambicano, junto dos doadores e instituições financeiras internacionais, comprometeu-se a implementar políticas e programas para o alívio da pobreza. Estes incluem o Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta (PARPA), o Programa Nacional da Agricultura (PROAGRI), bem como a aprovação de várias leis e regulamentos citando a gestão sustentável das florestas e o desenvolvimento de indústrias florestais como um passo fundamental para o combate a pobreza. Uma das áreas em que a China manifestou interesse na sua promoção do investimento e desenvolvimento do sector agrícola do país, foi a produção de biocombustíveis assim como no fornecimento de tecnologia e capital para a criação de Zonas Económicas Especiais.

Agricultura

Com uma superfície estimada em 36 milhões de hectares de terra arável, uma rede de 60 rios e uma grande diversidade de tipos de solos e condições climáticas, o potencial agrícola de Moçambique é enorme. A maioria da população depende da agricultura de subsistência, mas o sector é subdesenvolvido e não contribui ainda para o desenvolvimento rural e a redução da pobreza. O sector agrícola, que corresponde a 90% da terra cultivada (uma percentagem estimada em 10% da terra total disponível) e inclui 2,5 milhões de agregados familiares é, portanto, dominado pelo subsector familiar, que usa métodos de agricultura de não-irrigação e que, devido ao uso de técnicas elementares, produz colheitas baixas (*SADC Review* 2007). Todavia, devido à propensão do país para calamidades naturais como cheias e secas e ao facto de a maioria da agricultura ser feita através da irrigação das chuvas, as perspectivas de sucesso na melhoria da produtividade agrícola é incerta.

Para que Moçambique desenvolva o seu sector agrícola, deverá primeiro criar condições favoráveis ao investimento neste sector e desenhar uma estratégia nacional – como a criação de zonas agro-ecológicas através do mapeamento do território para identificar áreas melhores para diferentes tipos de agricultura.¹⁰ Os investidores também valorizam a terra que possua infra-estruturas, acessos, formas de exportação, sistemas de irrigação. A criação de infra-estruturas fundamentais –

estradas, caminhos-de-ferro e pontes – de estratégias para o aumento do resultado da produção e o desenvolvimento de infra-estrutura de processamento são cruciais se o país pretende utilizar melhor os seus recursos valiosos. A China pode desempenhar um papel importante no alcance destes objectivos.

Tanto o Governo chinês como o moçambicano concordam que a produção de arroz em grande escala nesta região seria mutuamente benéfica em termos de ajudar a China a responder ao seu problema de insegurança alimentar e em termos da capacidade de Moçambique aproveitar melhor esta fonte de riqueza subdesenvolvida. Pequim é reportado como tendo prometido investir 800 milhões de dólares americanos com vista à modernização do sector agrícola moçambicano, com o objectivo imediato de aumentar a produção de arroz de 100.000 toneladas para 500.000 toneladas por ano, nos próximos cinco anos (Macauhub 2008)¹¹. O consumo de arroz na China duplicou nos últimos 20 anos, subindo para 50 quilos por pessoa, enquanto o consumo de outras culturas, como o açúcar, a soja e os cereais, tem assistido a um aumento de 30%. O acesso à terra arável é portanto uma questão de prioridade para Pequim. O envolvimento da China no sector agrícola trará vários benefícios para o país em termos da sua capacidade de exportação, considerando que 90% da dieta moçambicana é composta por mandioca e milho, em termos de desenvolvimento rural com a reabilitação de infra-estruturas e a transferência de habilidades, tecnologia e perícia.

O vale do Zambeze, altamente fértil, localizado nas províncias do centro de Moçambique, está sendo identificado por investidores estrangeiros como uma região onde a agricultura comercial poderá eventualmente ocorrer. Um memorando de entendimento foi aparentemente assinado em 2006 entre os dois governos, respeitante à criação de um grande projecto agrícola que seria gerido pela China e envolveria uma comunidade de 20.000 chineses (Horta 2007), embora ainda não exista qualquer evidência deste plano vir a ser operacionalizado.¹²

Em termos de assistência técnica, houve um acordo assinado em Setembro de 2007, com a Universidade Eduardo Mondlane, para a realização de pesquisa sobre o desenvolvimento rural e a agricultura. Subsequentemente ao Fórum de Cooperação China-África realizado em Pequim em 2006, a China criou o primeiro projecto-piloto de cooperação em tecnologia agrícola – o Instituto Agrícola de Umbelúzi – em Maputo. Para além do Centro de Umbelúzi, existe também a possibilidade de construir um centro piloto de tecnologia agrícola na Província de Nampula, no Norte. Um grupo de 100 especialistas chineses é também reportado como tendo chegado a Moçambique para prestar apoio no âmbito do projecto de redes de canais de irrigação, para além de uma equipa do Instituto de Arroz Híbrido Hunan (Macauhub 2008). A China também financiou várias outras pequenas escolas agrícolas ao nível nacional.

Para que Moçambique maximize o potencial do seu sector agrícola e precisará de perícia e investimento de países como a China, que possuem a experiência de criação de sistemas de pesquisa e extensão agrícola e podem também oferecer um mercado para exportadores africanos. Políticas fortes de luta contra a pobreza deverão, portanto, resultar da promoção do desenvolvimento agrícola e rural para que um grande número de trabalhadores não qualificados possa ser absorvidos em pequenas farmas. A China pode novamente desempenhar um papel importante aqui através da sua experiência na mecanização, sementes melhoradas, fertilizantes e sistemas de irrigação.

Produção de Biocombustíveis

Uma outra área que está neste momento a ser considerada para o futuro desenvolvimento é o sector de bioenergia por causa das condições climáticas e ecológicas adequadas para a produção de culturas energéticas como o açúcar, *jatropha* e culturas de árvores, abundância de terra arável e uma grande população rural que necessita de emprego. O recente aumento dos preços do petróleo tem tido um impacto negativo sobre o desenvolvimento de Moçambique forçando Maputo a negociar com o FMI e o Banco Mundial para financiamento adicional para permitir a importação de combustíveis refinados. A produção de biocombustíveis diminuiria a dependência do Governo sobre combustível externo e proporcionaria uma fonte importante de rendimento para camponeses ao nível nacional. O Brasil, Portugal e China (via Macau) são reportados como estando a apoiar Moçambique na definição de uma política relacionada com esta área (Biopact 2007). De acordo com um especialista agrícola, o problema que o Governo enfrenta é como usar os milhares de hectares de terra sem provocar conflitos com as comunidades. O Governo está a tentar encontrar formas de limitar estes direitos à terra para liberar legalmente enormes áreas para a produção de biocombustíveis.¹³

Brasil e China estão a estabelecer uma cooperação estratégica na área, aliando a perícia agronómica da EMBRAPA (instituto de pesquisa agrícola tropical, de renome, do Brasil) com o grande investimento necessário para desenvolver infra-estruturas (uma área onde a China já fez investimentos significativos). Neste contexto, Moçambique poderia beneficiar grandemente de uma abordagem trilateral de desenvolvimento, algo que o país já está a prosseguir noutras áreas, como a barragem de Mpanda Nkua. Contudo, para que este sector seja desenvolvido, é necessário investimento e perícia na agronomia, infra-estruturas e unidades de produção. Foi estimado que Moçambique tem capacidade para produzir sete exajoules de biocombustíveis líquidos, o que corresponde ao equivalente a cerca de três milhões de barris de petróleo por dia (Ibid. 2007).

Outros estudos indicam que o país será capaz de produzir 40 milhões de litros de biocombustíveis (usando *jatropha*, rícino, palma e coco) e 21 milhões de litros de bioetanol (usando cana-de-açúcar, mandioca e milho) por ano (AIM 2009). Considerando estes números e a natureza renovável destes combustíveis, mais o facto de ser uma fonte de energia ambientalmente sustentável, a produção de biocombustíveis torna-se muito atractiva para o investimento estrangeiro e para a cooperação entre doadores. Uma nova lei sobre biocombustíveis é reportada como estando a ser concebida pelo Governo.

Zonas Económicas Especiais

Moçambique tem dado passos enérgicos para beneficiar da experiência da China relativa às Zonas Económicas Especiais (ZEE) usando este modelo para atrair investimento estrangeiro. Várias zonas industriais e parques científicos e de tecnologia estão a ser considerados, estando pelo menos um já em construção. Em Março de 2007, uma delegação dos ministérios da Agricultura, das Finanças e Desenvolvimento e do Banco Central passou várias semanas na China, aprendendo sobre as ZEE. O conceito foi aprovado pelo Conselho de Ministros em Março de 2007 e a primeira ZEE será estabelecida em Nacala. Esta ZEE visa criar corredores triangulares (corredores de desenvolvimento), com ajuda do Japão e do Vietname, conectando a Zâmbia e a Tanzânia, com o objectivo de maximizar o potencial das zonas costeiras. Nacala terá uma refinaria de petróleo e outras fábricas de processamento onde o principal objectivo será a importação de matéria-prima, seguida do seu processamento e acréscimo de valor em Moçambique. Uma refinaria de petróleo adicional será construída no porto de águas profundas da Ponta Dobela, no Sul, também aprovada pelo Conselho de Ministros. Companhias chinesas como a grande empresa de tecnologia de informação *Lenovo* manifestaram interesse na criação destes parques industriais para conseguirem ter uma maior presença em Moçambique, com mais infra-estruturas e fábricas de montagem de computadores.

Em Setembro de 2010, empresários de Xangai procuraram estabelecer um parque industrial na Matola, nos arredores de Maputo, que aparentemente incluiria uma fábrica de montagem de automóveis, indústria ligeira, acomodação para trabalhadores chineses e a reabilitação das principais infra-estruturas portuárias. De acordo com um relatório, a empresa *Tong Jian Investment Co. Ltd.* vai investir numa fábrica de montagem de automóveis em Maluana, arredores da província de Maputo. Avaliada em cerca de 200 milhões de dólares, prevê-se que esta fábrica crie cerca de 3.000 postos de trabalho (Escobar 2011:10). Uma vez mais, a iniciativa chinesa parece ter encontrado alguma resistência entre círculos do

Governo moçambicano, que levantam preocupações em matéria das disposições relativas aos trabalhadores chineses, entre outras questões. Mais recentemente, um grupo de empresários chineses – alguns dos quais já em operação na fronteira entre o Zimbabué e Moçambique – têm estado a negociar com as autoridades moçambicanas o estabelecimento de uma zona económica especial na Beira. A zona terá como alvo principal a manufactura e o processamento de alimentos.¹⁴

Governança e Cooperação entre Doadores

Moçambique tem sido muito activo em tentar regular as acções das empresas chinesas em termos de legislação, do olhar vigilante dos *media*, de participação activa no diálogo nacional, de fóruns da sociedade civil e em detalhes como a tradução da Lei do Trabalho moçambicana para a língua chinesa. De algum modo, isto pode ser visto como um legado do envolvimento estrutural dos doadores na planificação macroeconómica de Moçambique e, após o alívio ou perdão da dívida no âmbito da HPIC, apoio directo ao orçamento pelos doadores (Austrian Development Cooperation 2010). O fortalecimento deste impulso adicional é uma sociedade civil activista, que se desenvolveu em paralelo com a forte presença de ONGs ocidentais, a partir dos anos 80 em diante. A sua capacidade de regulamentar as acções de firmas chinesas mais pequenas, agindo em colusão com os moçambicanos, no sector de florestas e pescas, já foi demonstrada como sendo fraca. Este tem sido um factor na tomada de decisões por parte do Governo moçambicano em 2010, no sentido de reestruturar a sua abordagem reguladora para incluir um código geral para todos os parceiros externos operando no país.¹⁵

As áreas para uma potencial cooperação entre doadores estão a aumentar mas depende do Governo a consideração do desenho duma abordagem integrada. Moçambique deverá ser capaz de negociar dentro de uma estratégia nacional de desenvolvimento, onde cada ministério apresentasse subsídios para esta estratégia, identificando que áreas devem ser desenvolvidas. O que permanece para ser visto é se as políticas e actividades chinesas na China colidem com as metas e reformas de desenvolvimento que o Governo de Moçambique está a prosseguir. O Governo de Moçambique possui uma estratégia de desenvolvimento bem definida para a redução da pobreza e o alcance dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio que está a ser apoiada no âmbito da sua colaboração com doadores e parceiros de desenvolvimento. Com vista a prosseguir estes objectivos, o Governo moçambicano exige maior financiamento externo e esforços adicionais que visam activar ainda mais e aumentar os recursos mobilizados internamente. Neste contexto, tenta promover o processamento de recursos naturais localmente e o desenvolvimento

de actividades de processamento orientadas para a exportação que sejam intensivas em mão de obra. A China respondeu a vários pedidos de financiamento, através do Banco Exim, um dos principais provedores da ODA ao país, que opera em sectores não tradicionais, como as infra-estruturas públicas.

Em termos da salvaguarda e do uso de recursos naturais, tanto as instituições nacionais como os actores de desenvolvimento em Moçambique estão a trabalhar juntos para encontrar uma forma de preservar os recursos naturais do país e proteger o meio ambiente. O Governo tenta priorizar projectos ambientalmente saudáveis, o ordenamento territorial, obras em direcção à prevenção da degradação da terra, uma gestão sólida dos recursos e a manutenção de níveis baixos da poluição. A legislação foi promulgada e está a ser aplicada nesta matéria, tal como as acções em direcção à capacitação institucional. O que tem sido testemunhado até agora, no que respeita às companhias privadas chinesas, é uma falta de consideração pelas questões ambientais, especialmente na indústria madeireira, enquanto esforços estão a ser envidados pelo Governo chinês para a promoção dos princípios de sociedade social corporativa e de desenvolvimento sustentável para as empresas estatais chinesas em África.

Como política, Moçambique afirma não possuir políticas de *procurement* preferenciais, mas porque as instituições nacionais são influenciadas pelos doadores, que normalmente querem dar preferência às suas próprias empresas, o Governo é incapaz de prevenir algumas destas práticas. A ajuda chinesa não é condicionada por quaisquer requisitos sobre a governação, transparência e desempenho macroeconómico, mas acredita, contrariamente, que a igualdade económica e a justiça social são atingidas através do investimento público e do desenvolvimento do capital humano. O problema aqui é que o acesso relativamente fácil aos grandes fundos e a liberdade de escolha em relação a como alocar estes fundos poderão vir a minar a governação devido às debilidades institucionais existentes e à carência de mecanismos de monitoria. Isto poderá também conduzir a um aumento dos níveis de corrupção e ao abuso dos recursos (Bila 2007). Além disso, o Parlamento não participa de forma nenhuma nestas decisões, seja na avaliação dos projectos a serem considerados prioritários, seja na determinação de quais são as necessidades de financiamento do país, porque estas questões são consideradas administrativas e portanto devem ser abordadas pelo ramo executivo e não pelo ramo legislativo do Governo. Por último, a falta de um envolvimento sério por parte da sociedade civil nas questões de planificação e desenvolvimento público está a ser gradualmente abordada por medidas como a criação de um 'Conselho de Ministros alargado', que foi criado para reunir ministros, governadores, académicos, membros influentes do partido, a fim de se criarem condições para que as comunidades tenham uma voz mais activa no processo de desenvolvimento.

Conclusão

A China está a operar em Moçambique usando uma abordagem diferente daquela observada no seu envolvimento com outros países africanos por causa do valor geoestratégico de longa data que Moçambique representa na África Oriental e Austral. A posição de Moçambique como corredor de transporte chave para os países do interior como o Malawi, a Zâmbia e o Zimbabwé, a que acrescem os benefícios que lhe advêm do facto de possuir uma costa com 2.500 km de comprimento e vários portos de águas profundas, tornam-no num ponto de entrada de acesso ao mar. Vários portos de Moçambique estão neste momento a ser reabilitados e melhorados na expectativa de se transformarem na porta de entrada marítima da África Oriental. O porto de Pemba poderia vir a competir com os portos de Dar-es-Salaam e de Mombaça devido à sua profundidade, que não exige dragagens, e permite que lide com grandes embarcações de carga (Reuters 2007). A reabilitação das infra-estruturas portuárias em Quelimane, na província da Zambézia, e no porto de Nacala, na província de Nampula, constituem também potenciais projectos a serem financiados e construídos pelos chineses.

De acordo com o Ministério da Planificação e Desenvolvimento de Moçambique, o Banco de Desenvolvimento da China é tido como querendo estabelecer o seu escritório regional em Maputo com o objectivo de entrar na Zâmbia, Zimbabwé e Malawi.¹⁶ A ideia é criar um centro de tomadas de decisões financeiras e de integração regional, garantindo fundos para a construção de caminhos-de-ferro para o interior e para outros países. A China é percebida como usando Moçambique como plataforma de entrada para a SADC devido à localização geográfica deste país, seus portos e recursos, e às necessárias infra-estruturas para assegurar o fluxo de bens de exportação.

Moçambique também ganhou com o seu envolvimento com a China. A ajuda da China tem sido benéfica e reduziu a dependência de Maputo relativamente aos doadores tradicionais. Diferentemente do Ocidente, a China não condiciona a sua ajuda de desenvolvimento a quadros de avaliação que examinam o desempenho do país nas áreas da governação, transparência, direitos humanos e democracia. Até aqui, a China tem-se adaptado ao contexto internacional multilateral em Moçambique e à abordagem diplomática pragmática de Maputo em relação aos parceiros estrangeiros, mas as suas práticas de investimento já causaram alguns problemas, em particular no que respeita aos padrões das relações de trabalho e no que se refere às debilidades das instituições e agências de implementação.

Notas

1. Entrevista com o líder de uma ONG moçambicana e membro importante do partido FRELIMO, em Maputo, Abril de 2008.
2. O projecto da barragem foi atribuído a um consórcio de duas empresas nacionais de energia (60%) e uma firma de construção brasileira, Camargo Correia (40%), com apoio financeiro do BNDES.
3. Os autores agradecem a Ana Alves, cujo artigo se encontra no presente volume, pela partilha desta informação.
4. Entrevista, Conselheiro Económico Chinês, Maputo, 17 de Fevereiro de 2012.
5. A mina de carvão de Moatize, na província nortenha de Tete, cujos direitos de reabilitação foram concedidos à companhia brasileira Vale do Rio Doce em 2004 é tida como possuindo 2,4 biliões de toneladas de reservas de carvão.
6. Entrevista com o Ministro do Ambiente, Maputo, Abril de 2008.
7. Entrevista com o Director de uma agência de notícias moçambicana, Maputo, Abril de 2008.
8. Ver Ana Alves neste volume.
9. Entrevista, investigador do IESE, Maputo, 24 de Abril de 2012.
10. Entrevista com o Ministério da Planificação e Desenvolvimento, Maputo, Abril de 2008.
11. Há muita controvérsia em torno deste assunto. Ver S. Ekman neste volume.
12. Ver artigo de S. Ekman neste volume.
13. Entrevista com a Agência da ONU, Maputo, Abril de 2008.
14. Entrevista com o Conselheiro Económico chinês, Maputo, 24 de Abril de 2012.
15. Anunciado em Busan, na 4.ª Reunião de Alto Nível sobre a Eficácia da Ajuda, pelo Ministro de Planificação e Desenvolvimento, Busan, 30 de Novembro de 2011.
16. Entrevista, Ministério da Planificação e Desenvolvimento, Maputo, Abril de 2008.

Referências

- Abrahamsson, H., A., Nilsson, A. (1995). *Mozambique, the Troubled Transition: From Socialist Construction to Free Market Capitalism*, Londres, Zed Books.
- AIM. (2009). 'Política e estratégia de biocombustíveis em divulgação', *Portal do Governo*, 20 de Julho, disponível em: http://www.portaldogoverno.gov.mz/noticias/fo_news_ciencia_tecnolog/julho-2009/politica-e-estrategia-de-biocombustiveis-em-divulgacao/ (acedido a 13 de Junho de 2012).
- AllAfrica. (2008). 'Forestry Official Detained in Zambezia', 6 de Agosto, disponível em: <http://allafrica.com/stories/200808060906.html> (acedido a 12 de Junho de 2012).
- Austrian Development Cooperation. (2010). *Mozambique Country Strategy 2010-2013*, Viena, Federal Ministry for European and International Affairs.
- BAD. (2008). *Mozambique country updates, African Economic Outlook, 2008*, .
- Bie, R. (2011). 'Raising the Stakes: China increasingly active in Mozambique', *Macao Quarterly*, (Outubro).
- Bila, A. (2007). 'Chinese Capital in Mozambique: Critical assessment of Chinese Assistance to Mozambique', African Forum on Debt and Development, AFRODAD.
- Biopact. (2007). 'Lusophone world and China join forces to produce biofuels in Mozambique', Maio, disponível em: <http://news.mongabay.com/bioenergy/2007/05/lusophone-world-and-china-join-forces.html> (acedido a 12 de Junho de 2012).

- Chichava, S. (2008). *Mozambique and China: from politics to business?* Discussion paper no. 05/2008, Maputo, Instituto de Estudos Sociais e Económicos.
- Clapham, C. (1996). *Africa and the International System. The politics of State Survival*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Escobar, A. (2011). 'China-Mozambique relations get a big boost from Guebuza visit', *Macao Quarterly*, (Outubro).
- Hall, J. (2007). Mozambique country update, *African Review of Business and Technology*, Julho de 2007, disponível em: <http://www.entrepreneur.com> (acedido a 12 de Junho de 2012).
- Horta, L. (2007). China, Mozambique: old friends, new business, 13 de Agosto, disponível em: <http://www.isn.ethz.ch/isn/Current-Affairs/Security-Watch/Detail/?id=53470&lng=en> (acedido a 18 de Junho de 2012).
- . (2008). 'China's relations with Mozambique: a mixed blessing', Online Africa Policy Forum, Abril de 2008, disponível em: <http://forums.csis.org/africa/?=97> (acedido a 12 de Junho de 2012).
- Lemos, A., Ribeiro, D. (2006). 'Mozambique: Taking Ownership or just Changing Owners', Dezembro, disponível em: <http://www.illegal-logging.info> (acedido a 12 de Junho de 2012).
- Macauhub*. (2008). 'China and Mozambique invest in the Zambezi Valley to make Chinese 'grain store', says researcher', 21 de Julho, disponível em: <http://www.macauhub.com.mo/en/2008/07/21/5424/> (acedido a 12 de Junho de 2012).
- Panapress*. (2008). 'Mozambique: Macau and Portugal invest in banking', 19 de Maio, disponível em: <http://en.afrik.com/article13621.html> (acedido a 12 de Junho de 2012).
- Reuters*. (2007). 'Mozambique Sees Pemba Challenging African Ports', *Engineering News*, Novembro, disponível em: http://guetalisadc.blogspot.com/2007_11_01_archive.html (acedido a 12 de Junho de 2012).
- . (2008). 'Energy Minister Salvador Namburete. Mozambique says in talks with China for energy investment' (28 de Janeiro).
- Taylor, I. (2006). 'China's relations with Mozambique', T. I. (ed.), *China and Africa engagement and compromise*, Londres, Routledge, pp. 93-105.
- Valy, B. (2007). 'Mozambique strengthens links with China', Fevereiro, disponível em: <http://www.sardc.net/editorial/newsfeature/07120207.htm> (acedido a 12 de Junho de 2012).